

PLANEJAMENTO ESTATAL: IMAGENS DE UM GOVERNO.

Sérgio Schmitz¹

RESUMO: Apresenta um estudo da experiência de planejamento regional. Analisa o Plano de Metas do Governo Estadual – PLAMEG, executado no Estado de Santa Catarina no quinquênio compreendido entre 1961 a 1965. Focaliza os antecedentes, a ideologia do Plano e a organização do órgão central do planejamento. Constata-se o esforço para efeito de geração de uma proposta desenvolvimentista no Estado, em função das características do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek. Verifica-se, também que a idéia nuclear era transformar a sociedade catarinense, criando nela condições participativas do processo brasileiro, explorando a potencialidade local a um nível daquilo que ela fosse capaz de produzir. Evidencia a constatação da burguesia catarinense quanto à perspectiva do desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVES: Estado, Planejamento, Desenvolvimento e Plameg.

ABSTRACT:

ESTATAL PLANNING: A GOVERNMENT IMAGES

This work introduce a study by experience of state planning. Basically, attend about na analysis plan goals of State Government – PLAMEG, performed over five years understood between 1961 to 1965. The background are focus at the idiology olan and the organization central over organ plan. The effort consist in effect of generation by propose development on the State, in function of the feature Government Juscelino Kubitschek goals plan. Verify, also that the nuclear idea was changed by Catarinense people society, created her status interest through brazilian process, explored the local potenciality by the level fron that same society was able to produce. The Catarinense bourgeoisie consist to show up as the development perspective.

Desejo enfatizar que o alcance do presente trabalho não é proporcionar um estudo exaustivo e completo da evolução da experiência catarinense em planejamento estatal, nem identificar profundamente todos os planos que deram contribuições à história do pensamento econômico catarinense, mas relatar a maneira pela qual utilizando o instrumental do planejamento e a ideologia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, em nível regional foi elaborado o Plano de Metas do Governo Estadual – PLAMEG (1961 – 1965).

O primeiro grande plano nacional de desenvolvimento posto em prática foi o Plano de Metas executado pelo governo Juscelino Kubischek (1956 – 1960). Este Plano partiu da concepção de que o Estado deveria criar condições necessárias e suficientes para

¹ Professor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Professor do Curso de Especialização em Políticas Públicas da UDESC. E-mail: schmitz@cfh.ufsc.br

o desenvolvimento industrial acelerado. Assim, é possível dizer que o Plano de Metas de Juscelino inaugura o marco do planejamento no Brasil e em termos ideológicos, a estratégia econômica era centrada, e incluía intenso investimento público como também muitos incentivos para investimento privado. Poder-se-ia afirmar que o Plano de Metas de Juscelino provocou o impulso da tecnocracia no Brasil, incorporando aspectos de planejamento já ensaiados antes no Plano Federal de Obras e Equipamentos (1946 – 1950) e no Plano Federal SALTE (1949 – 1953). Ressalta-se, por outro lado, que o governo Juscelino Kubitschek absorveu os estudos do grupo da Comissão Mista Brasil – EUA (1951 – 1953) composta por especialistas e técnicos de ambos os países que haviam elaborado uma análise das necessidades econômicas básicas do Brasil. Sofreu também influência da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, organismo da ONU, criado em 1948 que tinha como preocupação básica explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo.

Na verdade, a CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina - tornou-se fonte de inspiração para os governos, no final da década de 50. O Estado deveria adotar uma política econômica que possibilitasse a substituição de importações. Por outro lado, ainda, o Estado deveria promover uma série de reformas, visando a contornar os obstáculos ao desenvolvimento, assumindo a função de garantir as condições gerais da acumulação capitalista.

É com base nesses fatos que se afirma que o Plano de Metas do Governo Estadual – PLAMEG vai amadurecendo. As características ideológicas do Plano do governo Juscelino Kubitschek, sua mensagem decididamente industrializante e seus objetivos explícitos vão certamente influir como suporte no processo de formulação de políticas públicas e idéia de planificação; entretanto, o Estado de Santa Catarina não tinha condições locais de incorporar-se àquela política econômica brasileira. Faltavam todos os elementos políticos, instrumentais e de infra-estrutura possibilitadores da adoção e execução de um agressivo plano de investimentos.

Muitas vezes é difícil identificar o nascedouro de uma idéia, mas de certa forma o Projeto de Eletrificação do Estado de Minas Gerais, que objetivava o desenvolvimento de uma política de eletrificação para aquele Estado, estaria na base e nos antecedentes da proposta desenvolvimentista de Santa Catarina. De um lado, Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, criando a Cemig – Centrais Elétricas de Minas (1952), fazendo-se candidato e presidente da República eleito, levando consigo a visão do Plano de Metas. Por outro lado, Evaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, era o coordenador das idéias e da mensagem do Presidente Juscelino, dispondo na Confederação de uma assessoria de técnicos na área de planejamento.

Por sua vez, a Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC cujo presidente era Celso Ramos, o qual mais tarde viria a ser pelo PSD o candidato e governador eleito, não dispunha de todos os elementos de infra-estrutura possibilitadores de uma política industrial. O Estado beneficiava-se em 1960 de apenas 92.531 kw de potência instalada, e esse vazio comovia localmente o quadro industrial que passou a fazer pequenas análises verificando, então, que não possuía as condições básicas para intentar qualquer processo.

O quadro era melancólico, novas empresas não se podiam instalar, as antigas

tinham seus planos de expansão limitados em função da falta de energia, outras simplesmente se transferiam para diferentes Estados da União.

Esse problema foi discutido no âmbito da Confederação Nacional da Indústria - CNI e surgiu daí a idéia de um levantamento objetivo das condições sócio-econômicas de Santa Catarina, para efeito de geração de uma proposta e da tentativa de esboçar a formulação e difusão da ideologia desenvolvimentista. Surge daí a idéia de um Seminário Sócio-Econômico. Ele nasceu dessas circunstâncias, isto é, a intenção de se engajar no processo brasileiro, somada à disponibilidade técnica na Confederação Nacional da Indústria - CNI e à disponibilidade relativa de pessoal na Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC haja vista a preocupação da Federação em treinar técnicos através de cursos oferecidos pela CEPAL - Comissão Econômica Para a América latina.

Então, como fazer um diagnóstico da sociedade catarinense, tão abrangente e participativo quanto possível? A resposta foi o Seminário Sócio-Econômico.

A Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC vinha tomando conhecimento crítico do processo cultural brasileiro em seus aspectos globais. O trabalho da Federação, executado sob apoio da Confederação Nacional da Indústria - CNI, que vinha fazendo levantamentos regionais, obteve dela a orientação técnica e instrumental necessárias de novos métodos e processos adequados à realização de uma experiência que contivesse num só tempo o levantamento das condições do Estado². E o caminho foi partir para o levantamento das condições do Estado e, em seqüência, tentar esboçar as soluções para os problemas encontrados.

O Seminário gerou o Plano, dando-lhe suporte e análise por parte dos técnicos da Confederação Nacional da Indústria - CNI e da Federação Indústria de Santa Catarina-FIESC, das pessoas que compareceram às reuniões do Seminário, dos principais problemas estruturais do Estado, com o objetivo de formular uma política global, situando Santa Catarina no seu esforço regional, dentro do projeto desenvolvimentista do Brasil.

Infere-se, dessa forma, que na década de 60 nasce no Estado efetivamente uma política de planejamento econômico e sua história surge com o Seminário Sócio-Econômico. A idéia central do trabalho preocupava-se com a não fixação definitiva em qualquer modelo pré-estabelecido, mas situando objetivamente o problema, a fim de determinar os caminhos a seguir. Inverteu-se a sistemática dos congressos e das reuniões, e quem daria a solução seria a própria comunidade interessada em vencer certa insuficiência. O diagnóstico tinha como objetivo o levantamento da opinião pública, a fim de verificar em que medida poderia influir no projeto brasileiro o comportamento econômico-social do catarinense.

O Seminário demonstrou, por exemplo, que no setor de educação, para uma população em idade escolar primária de quase quinhentas mil crianças, só existiam duzentas e setenta e cinco mil matrículas. O ensino médio dispunha de apenas vinte e três mil vagas e o ensino superior menos de mil vagas. A análise realizada permitiu, ainda, a identificação dos principais pontos de estrangulamento da economia, que se

² SANTA CATARINA. Documento Básico / Seminário Sócio-Econômico. Federação das Indústrias de Santa Catarina. Florianópolis, 1960, p.5.

resumiam na falta de energia, transporte, crédito, capacidade empresarial, além ou falta de pessoal preparado para o trabalho.

Para o setor energia, constatou-se que o Estado dispunha, em 1960, de apenas 92.531 kw de potência instalada e que em 1952 o referido potencial superava os 80 mil kw, significando isso que em nove anos praticamente nada se acrescentara ao setor. Como consequência, novas empresas não se podiam instalar.

Para o setor de transporte, o Estado necessitava de um plano que integrasse toda a economia. No setor de crédito, aludia que era extremamente carente de recursos creditícios a economia. Embora Santa Catarina representasse 16% da superfície, com 19% da população e com 15% da renda gerada na região Sul, recebia apenas 6% dos financiamentos concedidos a essa região. Frisava que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (hoje BNDES), no período de seu funcionamento, não concedeu mais que pequenos e raros financiamentos e nenhum de grande vulto.

Outro ponto de estrangulamento revelado foi a capacidade empresarial, onde se evidenciava a não absorção das modernas técnicas de produção da parte dos empresários e a característica tradicional que a dominava se constituíam em graves problemas para a economia regional³.

Em razão do exposto, pode-se afirmar ser esse diagnóstico o aspecto mais importante, em termos de planejamento da atuação governamental, pois, pela primeira vez o setor público conhecia de forma ampla e detalhada os fatores responsáveis pelos desequilíbrios e estrangulamento da economia catarinense. A técnica utilizada buscou conhecer as aspirações das lideranças comunitárias e empresarial, quantificá-las e tentar satisfazê-las. O Seminário Sócio-Econômico elaborou o “Documento Básico” a partir do qual foram eleitas as metas a serem atingidas. Assim, concluído o Seminário, as necessidades e aspirações estavam conhecidas. Precisavam-se, entretanto, conhecer os recursos, para que, das reivindicações e meios, surgisse um programa de prioridades, tendo em vista a rentabilidade dos investimentos, o seu efeito multiplicador e as repercussões que trariam para todo o sistema econômico.

Surgiu o Plano, consequência natural do Seminário Sócio-Econômico. Ele permitira o conhecimento da economia catarinense, sua estrutura, suas tendências, seus fatores estimulantes, seus pontos de estrangulamento. O Plano servia, também, para eleger quem o adotou como plataforma, fazendo-o público e conhecido de todos e reafirmando a necessidade de sua adoção como programa de governo.

Evidentemente que o Plano não era uma proposta neutra. Era uma proposta política, veio a ser incorporada politicamente por alguém que tendo assumido a condição de candidato comprometeu-se com o resultado do Seminário. Celso Ramos (PSD) defrontou-se eleitoralmente com Irineu Bornhausen (UDN) e saiu vitorioso com o apoio da Aliança Social-Trabalhista, a qual era constituída pelo PSD, PTB e PRP. Na segunda metade de seu governo ocorreu o Golpe de 31 de Março de 1964. E não obstante, não sendo governador integrante do movimento que desencadeou a tomada do poder pelos militares, colocando fim ao chamado populismo no país, sua programação prosseguiu válida diante dos militares que assumindo a direção do país com uma postura tecnocrático-modernizante, manteria também um discurso desenvolvimentista.

³ SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento do Plameg. Primeiro ano de trabalho. Publicação no 3. Florianópolis, 1962, p. 6-8.

Retomando a história observa-se, então, que o Seminário foi realizado pela Federação da Indústria de Santa Catarina - FIESC, cujo presidente viria a ser o candidato e mais tarde o governador eleito nas eleições de 3 de outubro de 1960.

Para a execução do Plano de Metas do Governo Estadual – PLAMEG, o volume de aplicações em despesas de capital ficou em torno de Cr\$ 17,5 milhões de cruzeiros. Era, conforme demonstra o Quadro 1, um programa quinquenal de investimentos, ao qual era destinada quantia correspondente a mais de 35% da arrecadação estadual prevista para o período. Os objetivos do Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG, resumiam-se na execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado. Esses três objetivos foram encaminhados para as seguintes metas e inversões: investimentos para melhoria das condições de vida do homem catarinense (26,7% - O Homem); investimentos de infraestrutura (58,3% - O Meio); investimentos para expansão agrícola e industrial (15% - Expansão Econômica).

Essas metas se dividiam em programas setoriais, com ênfase em investimentos privados, conforme se pode verificar pelas despesas de capital para o quinquênio compreendido entre 1961 a 1965:

QUADRO 1 - PROGRAMA QUINQUENAL DE INVESTIMENTOS – 1961 - 1965

(Em mil cruzeiros)		
	TOTAL	%
	Quinquênio	
I - O Homem		
1 - Educação e Cultura	2.040	11,6
2 - Justiça e Seg. Pública	980	5,6
3 - Saúde e Assist. Social	1.150	6,6
4 - Sistema de Água e Esgoto	500	2,9
II - O Meio		
5 - Energia	4.650	26,6
6 - Rodovias	4.950	28,3
7 - Obras e Arte	600	3,4
III - Expansão Econômica		
Agricultura e Pecuária		
8 - Armazenagem e ensilagem	260	1,5
9 - Fomento Agropecuário	820	4,7
10 - Abastecimento Indústria	250	1,4
11 - Participação em empreendimentos Pioneiros Crédito	1.000	5,7
12 - Banco do Estado	300	1,7
TOTAL	17.500	100,00

Fonte: SANTA CATARINA. Governo do Estado. Mensagem do Governo do Estado (15 de abril de 1961) . Florianópolis, 1961.

Por outro lado, na distribuição anual dos recursos, ficava assegurada a execução das obras e serviços, de acordo com o programa anual de investimentos, conforme a seguir:

QUADRO 2 APLICAÇÃO DO PROGRAMA ANUAL DE INVESTIMENTOS

(1961 – 1965)

(Em mil cruzeiros)					
I - O Homem	1961	1962	1963	1964	1965
1 - Educação e Cultura	204,0	326,4	408,0	489,6	612,0
2 - Justiça e Seg. Pública	98,0	156,8	196,0	235,2	612,0
3 - Saúde e Assist. Social	115,0	184,0	230,0	276,0	345,0
4 - Sistema de Água e Esgoto	50,0	80,0	100,0	120,0	150,0
II - O Meio					
5 - Energia	465,0	744,0	930,0	1.116,0	1.395,0
6 - Rodovias	495,0	792,0	990,0	1.118,0	1.485,0
7 - Obras e Arte	60,0	96,0	120,0	144,0	180,0
III - Expansão Econômica					
Agricultura e Pecuária					
8 - Armazenagem e ensilagem	26,0	41,6	52,0	62,4	78,0
9 - Fomento Agropecuário	82,0	131,2	164,0	195,8	246,0
10 - Abastecimento	25,0	40,0	50,0	60,0	75,9
Indústria					
11 - Participação em empreendimentos Pioneiros Crédito	100,0	160,0	200,0	240,0	300,0
12 - Banco do Estado	150,0	30,0	30,0	40,0	50,0
TOTAL	1.870,0	2.782,0	3.470,0	4.168,0	5.210,0
Distribuição percentual	10%	15%	20%	25%	30%

Fonte: SANTA CATARINA. Governo do Estado, op., cit.

Esses recursos, explicitados no quadro acima, se originaram da criação de seis Fundos, obtidos mediante a vinculação de parcelas da receita tributária como o Fundo Estadual de Educação; Fundo de Aparelhamento da Justiça e Segurança; Fundo de

Assistência aos Municípios; Fundo de Saúde Pública; Fundo de Obras e Equipamentos e o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial⁴.

Os recursos vinculados a esses diferentes Fundos eram distribuídos, anualmente, aos diversos setores do Plano, de forma que ficasse assegurada a execução simultânea das obras e serviços, bem como das atividades que o integravam. Por outro lado, a arrecadação de todos os tributos vinculados a estes Fundos eram contabilizados pelo Tesouro do Estado e diariamente colocado à disposição de um Gabinete de Planejamento – GP, criado pelo Plano, em conta aberta no Banco de Desenvolvimento do Estado – BDE, e na falta deste, em estabelecimento bancário designado pelo governador. Eram também somadas a esses Fundos as contribuições do Governo Federal, através de acordos e Fundos Federais. O produto das Letras do Tesouro do Estado e os eventuais empréstimos junto a estabelecimentos bancários, governo federal e estadual, nacionais e estrangeiros, agências e estabelecimentos financeiros, nacionais, estrangeiros ou internacionais, dando garantia dos empréstimos, além do aval do Tesouro do Estado ou do Banco Oficial do Estado, o produto da arrecadação dos tributos vinculados aos Fundos criados.

É preciso assinalar, por outro lado, que esses fundos desempenharam relevante papel no sentido de garantir continuidade ao processo de desenvolvimento, mas representaram, entretanto, limitação ao processo de planejamento, na medida em que, preestabelecendo prioridades e diretrizes para o período de cinco anos, cerceavam a flexibilidade desse processo, que devia ser eminentemente dinâmico, para poder acompanhar as propensões do sistema econômico⁵.

Na verdade, as metas do Plano correspondentes à sua programação financeira foram definidas prioritariamente com base no critério do que deveria ser realizado no Estado, do que na capacidade efetiva do Estado em realizá-las, o que transformou de certa forma o Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG em arrojado plano de intenções.

Daí é possível dizer que, abarcando todos os investimentos dos diversos setores estaduais, o que lhe dava um caráter globalizante, e relacionando uma extensão e talvez demasiada gama de necessidades, o Plano teve que estabelecer posterioridades, isto é, metas cuja execução devia ser postergada e que ficavam na dependência do comportamento do erário público estadual e da atuação federal na região. Não obstante, para que as ações correspondessem às intenções, o Governo fortaleceu consideravelmente o erário estadual, mediante a elevação da alíquota do Imposto sobre Vendas e Consignações (hoje ICMS), a criação de uma Taxa sobre Veículos Automotores Particulares de Passageiros, do Selo sobre Papel, da Taxa de Assistência à Indústria Local, da Taxa de Educação e Saúde e da Taxa de Valorização.

O Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG foi executado por um Gabinete de Planejamento, com autonomia administrativa e financeira, dirigido por um Secretário Executivo, com funções de Secretário de Estado. O saldo de realizações do

⁴ Pretendemos dizer que a unidade monetária brasileira passou por diversas reformas. Todavia, o critério adotado neste trabalho foi o de referir-se aos valores monetários na forma original da época. Contudo, poder-se-ia dizer que a importância equivaleria hoje cerca de 100 milhões de dólares.

⁵ A idéia de criação de Fundos para tarefas de desenvolvimento e planejamento ganhou curso no Brasil desde 1952, quando foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico, ao qual se ligou mais tarde o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (BNDES).

plano, com efeito, foi consideravelmente positivo. Mas muito mais importante do que se fez ou se deixou de fazer, foram as modificações procedidas na estrutura institucional do Estado.

Ressalta-se, à vista da programação que pretendia executar, o Governo procurou ajustar a máquina governamental às necessidades da dinâmica do Plano e como primeiro passo, reuniu num mesmo organismo os recursos de investimentos para que as metas tivessem racional e eficaz implementação. Entendeu que os órgãos estaduais deveriam ser corolários dos órgãos federais, de forma a permitir a mútua colaboração. Defendia, o Governo, na época, a tese de que a União devesse centralizar o planejamento, ouvidos os órgãos regionais, no sentido de promover uma integração administrativa, pela qual se eliminariam o paralelismo de serviços e a aplicação inconseqüente de recursos escassos.

Dentre desses pressupostos e com a criação do Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG, traçou uma política de reformulação do serviço público, e se dispôs a participar de órgãos de integração regional como o BRDE e CODESUL⁶. No setor interno ajustou os diversos órgãos públicos e empreendeu uma reforma administrativa. A idéia central contemplada era que o planejamento fosse praticado como processo contínuo por todos os órgãos que integrassem a administração pública. O PLAMEG estava sendo, em Santa Catarina, uma experiência totalmente nova, a nova técnica administrativa. O objetivo geral era o desenvolvimento. Essa era a bandeira. O Plano foi um exemplo de um esquema engenhoso para atrair ao planejamento a administração estadual, concebendo-se um Plano de Metas Quinquenais, que pode ser definido como a identificação qualitativa dos objetivos setoriais do Estado⁷.

Por outro lado, dessa dinâmica, no setor educação, surgiram a Faculdade de Educação, a Escola Superior de Administração e Gerência, a Faculdade de Engenharia de Joinville e a Faculdade de Veterinária de Lages, culminando em 1965 com a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. A Escola Superior de Administração e Gerência era destinada a formar pessoal técnico que a administração pública e privada requeria.

Um dos grandes obstáculos a que estavam submetidas as forças produtivas do Estado era a falta de crédito. Como programa, foi criado o Banco de Desenvolvimento do Estado -BDE, para o qual o Tesouro canalizou recursos, a fim de que fossem utilizados no financiamento das atividades econômicas. Em 1964, marcava-se o segundo exercício do Banco, uma das metas do Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG, e já contava com 13 agências em funcionamento. Constituído com o capital de Cr\$ 300 mil, subscrito e integralizado pelo Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG, o Banco de Desenvolvimento do Estado - BDE dispunha naquele ano Cr\$ 1,9 milhão em recursos próprios, decorrentes da contribuição anual de 3% das rendas do Tesouro. Podia praticar

⁶ BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, instituído em 1961, como uma instituição que servisse de base para a execução de uma política de correção de desequilíbrios regionais. É um organismo de caráter executivo, mantido como autarquia interestadual de natureza econômica, imbuído de fomentar o desenvolvimento da economia dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Concomitantemente ao aparecimento do BRDE, surgiu o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul – CODESUL, destinado a estudar o sistema sócio-econômico dos três Estados e a traçar diretrizes básicas de funcionamento do BRDE, mediante a elaboração de planos regionais.

⁷ Ver, a respeito, SCHMITZ, Sérgio. Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo Estadual – PLAMEG (1961 – 1965). Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

quaisquer operações bancárias e na sua organização foram estruturados dois Departamentos de Operação; um de Crédito Especializado e outro de Crédito Rural.

A política do Banco, no concernente ao setor industrial, foi executada em três frentes: a de financiamento de capital de giro, a de participação em inversões para ampliação do capital fixo e a de prestação de garantias. Em 1965 o Banco se credenciava como agente financeiro do FUNDECE e FINAME. O primeiro, Fundo Federal de Democratização do Capital das Empresas, atendia indústrias pelos mais diversos ramos de atividade, notadamente a indústria alimentar, metalúrgica, mecânica, elétrica e madeireira. O segundo, Fundo Federal de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais, financiava equipamentos e caminhões pesados para as indústrias locais.

Desenvolveu um programa de crédito rural orientado, destinado a atender às necessidades de pequenos e médios produtores rurais. Criou crédito às Prefeituras, através de três tipos de operação, como crédito para aquisição de equipamentos rodoviários, antecipação de receita e operações com as Letras do Tesouro. Assim, como o Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG objetiva disciplinar os investimentos públicos, no sentido de realizarem efeitos multiplicadores sobre a economia em geral, o Banco de Desenvolvimento do Estado - BDE foi criado como veículo de crédito das atividades produtivas e, dessa forma, constituindo seu principal agente financeiro. Contribuiu para o fortalecimento do setor privado, como instrumento de desenvolvimento acelerado. Foi um banco de desenvolvimento adaptado às circunstâncias que o exigiram, um banco comercial e um banco de investimentos. A reforma bancária brasileira de 1965, criando uma nova estrutura básica do sistema financeiro nacional como a divisão em bancos comerciais e bancos de investimentos, era extinto o Banco de Desenvolvimento do Estado - BDE. Seus remanescentes foram o Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, um banco comercial estadual e o BADESC, um banco de investimento “puro”. Hoje, o primeiro está federalizado para posterior privatização e o segundo transformou-se numa agência de fomento⁸.

O Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG pretendeu conduzir o Estado ao planejamento governamental, sofrendo influência das idéias desenvolvimentistas, dentro do contexto nacional, atendendo assim aos apelos ideológicos com relação à necessidade do desenvolvimento econômico. Cumpre observar, não obstante, que o Plano não surgiu ao acaso, evidenciando a preocupação das elites catarinense quanto à perspectiva do desenvolvimento. Foi resultado do Seminário Sócio-Econômico, levantando problemas e propondo soluções e assumindo seu caráter industrializante. Destarte, recapitulando o processo relativo ao diagnóstico ensejado pelo Seminário, nada menos que três mil questionários foram distribuídos a líderes municipais e ao empresariado, preenchidos e analisados. Dois mil contatos pessoais foram feitos, vinte e três reuniões com mais de três mil participantes e um encontro final, resultaram na criação de um documento de problemas, reivindicações e soluções. Esse documento deu origem à lei que instituiu o Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG com marcado sentido desenvolvimentista e industrializante. A idéia nuclear era transformar a

⁸ Ver, a respeito, SCHMITZ, Sérgio. Santa Catarina: bancos e banqueiros. In Corrêa, Carlos Humberto (org). A Realidade Catarinense no século XX. Instituto Histórico de Santa Catarina, 2000, p. 27-31.

sociedade catarinense, criar nela a condição participativa do processo brasileiro e explorar a potencialidade local a um nível daquilo que ela fosse capaz de produzir.

Concluindo, o PLAMEG foi resultado do Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina, promovido em 1960, evidenciando a constatação da elite catarinense de que a ação individual de cada empresário não conseguiria superar os entraves à industrialização local. A década de 50 revelava uma Santa Catarina carente de condições infra-estruturais e com marcadas desvantagens comparativas ao polo nacional, contudo, ficava evidente a alteração estrutural provocada pelo PLAMEG nos anos 60, proporcionando uma nova dinâmica à economia catarinense.